

# ROMANIZAÇÃO NO BAIXO-VOUGA

(NOVO «OPPIDUM» NA ZONA DE TALÁBRIGA)

POR

ALBERTO SOUTO

---

Em 1933 — como o tempo passa! — numa conferência produzida perante a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, estudei o problema da falta de arquitectura românica no Baixo-Vouga, sendo certo que êsse estilo artístico se revelara no Pôrto e em Coimbra, e mais ao norte da primeira cidade e mais ao sul da segunda, deixando sem quaisquer manifestações um vasto território que sempre foi — nos tempos romanos, medievais e modernos — uma verdadeira via de comunicação e um campo de transição entre o norte, o centro e o sul do País e onde documentos inequívocos comprovam a permanência de um povoamento rural intenso nos séculos X, XI e XII, séculos do ciclo hegemónico do referido estilo.

Pressinto o receio de quem isto ler, perante a invocação de um tardio milénio, e surpreendo a pergunta que poderá fazer-se:

— Que terá o estilo românico com a romanização?...

Ê que nessa conferência, além de definir o Baixo-Vouga, em sentido lato e em sentido restrito, desfiz o êrro, tão vulgar que chega por vezes à letra redonda, de se compreender a zona alta de terrenos antecâmbricos do rebôrdio da Meseta e dos terrenos elevados da orla sedimentar secundária, terciária e quater-

nária, com as emergências anfíbias das acumulações modernas, eólicas, marítimas e lagunares, impróprias ainda hoje, em grande parte, para habitação humana.

Além disso, para estudar as causas históricas e as características demográficas, étnicas e sociais que, a meu ver, alhearam as suas populações do grande movimento da Reconquista e as conservaram absortas na indiferença política do seu ruralismo, eu estabeleci o que me pareceu ser o quadro dos agregados sociais dominantes ao tempo das invasões bárbaras, remontando às causas fundamentais do desinteresse pelas lutas entre novi-gôdos e muçulmanos.

Assim, afirmei que, pelos dados históricos e arqueológicos ao nosso dispor na data em que falava, a invasão romana aniquilara, o civismo e o espírito independente e insubmisso, guerreiro e altivo, dos lusos indígenas; e que a invasão bárbara, fôsse ela qual fôsse, aniquilara os ópidos dos luso-romanos e as formas materiais e aparentes da sua cultura, de que se encontram as ruínas.

Deveriam ter existido na Ribeira-Vouga, ao sul de *Lanco-briga* e ao norte de *Eminium*, três cidades luso-romanas que seriam certamente os centros das *civitates* respectivas e os fulcros da organização política, económica, cultural e administrativa dêsse pequeno país quando esteve sob a influência romana que contou perto de cinco séculos de duração.

Essas três cidades, entendidas com aquela reserva que nos impõe o carácter acanhado, pobre e primitivo, de semelhantes aglomerados de ascendência castreja no oeste-noroeste peninsular, seriam os três *oppida* de *Talábriga*, *Cacia* e *Vouga-Marnel (Cabeço-de-Vouga)*.

Para resumir hoje o estado actual dos nossos conhecimentos sobre a romanização regional vouguense, ou anunciar o achado de novos elementos de estudo da influência cultural romana na vida das populações ribeirinhas e marginais do Baixo-Vouga, bem

necessário se tornaria construir o diorama castrejo do pequeno país em causa.

Certamente os caracteres gerais da distribuição populacional castreja e as condições do viver dos povos lusos e calaicos nestas paragens do oeste-noroeste ibérico, na segunda idade do ferro e nos alvares do século II antes de Cristo, bem como à data da chegada das tropas romanas de conquista e do estabelecimento definitivo da ocupação romana, não diferiam essencialmente da forma porque se distribuíam, agrupavam e viviam os povos do restante país ocidental-nortenho ao saírem da sua proto-história.

É, pois, inútil descrever a vida pré-romana na terra calaica e lusitana do oeste-noroeste peninsular; mas não deixa de haver conveniência em apresentar o panorama castrejo ou mápa distributivo e enumerador dos castros lusos conhecidos no país vouguense.

De facto não se organizou ainda a carta nacional dos castros pré-romanos e romanizados, muito menos a carta correspondente à Beira-Mar; as referências às estações arqueológicas ante-romanas e romanizadas dêste compartimento geográfico são raras, tímidas e episódicas.

A presente comunicação é, em grande parte, como que um relatório, sem frases vistosas nem preocupações eruditas, sobre os esforços que tenho empregado nos últimos catorze anos para ajudar ao esclarecimento do problema, esforços sem mérito e de escassos resultados, mas, pelo menos, sinceros e de bom intuito — em tôda a extensão dêstes termos — pelo que espero me seja desculpada tal referência, e tão extensa, a uma acção pessoal.

\*

\* \*

Foi em 1928 que comecei a trabalhar mais assiduamente no sentido de identificar os locais referidos por alguns escritores de

renome, como sendo as jazidas de Talábriga e Vácua, cidades que, segundo êsses mesmos escritores, deviam existir nas proximidades do Vouga ao tempo da ocupação romana.

Claro é que não mexi no arquivo anedótico para onde fôra relegada a opinião de que Águeda teria sido Emínio e de que Aveiro-cidade teria sido Talábriga.

À vila de Águeda e ao seu rio tinham outorgado o honroso título de Emínio, não os aguedenses, mas os estranhos e, entre outros, os eruditos Frei Bernardo de Brito, Faria e Sousa, Jerónimo Soares Barbosa, Duarte Nunes de Leão, o padre João Baptista de Castro e o padre Carvalho da Costa.

Marques Gomes, sábio historiógrafo aveirense, ainda aceitou como boa tal opinião em 1877, apesar de já mencionar no seu trabalho dêsse ano a opinião de Hübner que colocara *Aeminium* em Coimbra.

Por meados do século XIX, Águeda entusiasmada com os pergaminhos que lhe atribuíam as chamadas *autoridades na matéria*, inscrevera na entrada dos Paços do concelho êste dístico que era um brasão: *a romanis Aeminium!*

Com graça e bom humor nos conta o desfazer do sonho, o Sr. Adolfo Portela, no seu livro *Águeda*, editado no Pôrto em 1904.

A lápide aparecida em 1888 num prédio contíguo ao Colégio Novo de Coimbra, publicada por Borges de Figueiredo, dedicada pelos Eminienses ao imperador Constâncio I, acabou com as ilusões.

Quanto à localização de Talábriga em Aveiro, dada por Bernardo de Brito, pelo padre António de Vasconcelos nas *Anacephaleoses*, por Faria e Sousa e outros, já Marques Gomes a repudiara em 1875, pois seguiu nas *Memórias de Aveiro*, e no *Distrito de Aveiro*, de 1877, o parecer de Gaspar Barreiros que atribuía a Cacia o *ubi* do famoso ópido, mas nunca explorou Cacia.

No estudo publicado em 1909 sôbre a *Situação conjectural de Talábriga*, o falecido arqueólogo Dr. Félix Alves Pereira provou

que a cidade proto-histórica mencionada por Apiano, não podia ser em Aveiro, tão-pouco em Cacia, mas que tinha de ser no concelho de Albergaria-a-Velha e na altura da freguesia da Branca, e liquidou, a meu ver, de vez, o problema da sua *zona de situação*.

Águeda-Eminio e Aveiro-Talábriga haviam entrado, pois, no domínio do anedótico e do pitoresco, e tinham saído do âmbito da arqueologia conscienciosa e da história verdadeiramente séria. Eram outros, nesta época, já, os métodos e processos de investigação!

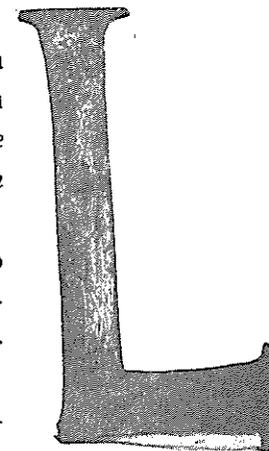
Gaspar Barreiros, porém, mencionara antigualhas em Cacia, no lugar da igreja de S. Julião, e falara nos *fundamentos de uma torre que na memória dos homens estava quasi inteira*.

Marques Gomes confirmou o dito do nosso corógrafo de Quinhentos, sem, contudo, juntar à citação de Barreiros o testemunho da sua observação pessoal.

Alguma coisa ali deveria existir, pensei eu, pois tais ruínas não se inventam facilmente. O que se fantasia, é a sua explicação, e o que se inventa, muitas vezes, são as patranhas da sua história.

Ali fui numerosas vezes quando preparava o trabalho de ordem geográfica publicado em 1923 e mirei e remirei a igreja de S. Julião efectivamente à beira do rio, mas nada mostrando de notável, nem mesmo qualquer indício de tal antiguidade.

Em 1930, porém, encontrei na repartição de finanças a designação de um prédio da matriz de Cacia, situado no *Campo da Matança*, bem como a individualização de outros prédios na *Torre*.



Grande L em bronze dourado do castro luso-romano de Cacia

Ao mesmo tempo, o meu falecido amigo Sebastião de Magalhães Lima, filho do grande pensador Dr. Jaime de Magalhães Lima, entregava-me um *pondus* que aparecera perto da igreja ao extrair-se calhau rolado para a brita das estradas.

Fui de novo esquadrihar Cacia, e, na companhia de alguns amigos conhecedores do local, não tive dificuldade em descobrir o sítio da Torre, onde se amontoavam abundantes restos cerâmicos caracteristicamente romanos, e que ficava ali mesmo no cabeço fronteiro à igreja de S. Julião.

Outra presumível estação arqueológica, era apontada por Barreiros, Bernardo de Brito, Pinho Leal, Borges de Figueiredo e Marques Gomes como sendo a jazida da cidade romana de *Vacca* ou *Vacua*, no monte que se vê entre o Vouga e o rio e pântano do Marnel, no cruzamento destas artérias fluviais com a estrada alta de Pôrto a Lisboa; mas faltava também a prova documental material do seu falado romanismo.

Procedendo ao reconhecimento do cabeço, logo constatei a disposição favorável a uma *citânia*; aspectos denunciadores de construções soterradas e a existência, à superfície, de restos cerâmicos de evidente factura e gosto romanos. Tratava-se de um "*oppidum*", que condizia com as referências de Barreiros e de outros autores do renascimento, e de alguns modernos como Marques Gomes e o Dr. Pedro Augusto Ferreira, continuador de Pinho Leal no *Portugal Antigo e Moderno*, e Borges de Figueiredo, por aquêlê citado e transcrito no seu tópico *Vouga*.

O material recolhido nas duas estações era perfeitamente semelhante: mós manúarias, colos e bicos de ânfora, *pondera*, *lateres*, *tegulae*, *imbrices*, fragmentos de olaria de aspecto rude e reminiscência castreja, jorra de forja de fundição, etc.

Em Cacia, porém, porque havia desmontes e escavações, apareceram restos metálicos mais importantes, entre êles um soberbo L de bronze dourado, certamente compro-

vativo da importância architectónica de algum edifício da cidade destruída.

Em Cabeço de Vouga, onde fui repetidas vezes, e acompanhado por amigos como os Srs. Dr. José de Almeida Azevedo, engenheiro Humberto Mendes Correia, desenhador de Obras Públicas Manuel Sacramento, Jóia de Noronha, o médico militar Dr. Manuel Rodrigues da Cruz, os irmãos Marques, de Macinhata, Lourenço Vicente Ferreira, José de Sousa e outros, não me foi possível fazer escavações que teriam de ser dispendiosas.

Não recolhi, portanto, restos metálicos de valor, mas a colheita de material cerâmico de superfície foi bastante para caracterizar a estação e defini-la como luso-romana, indiscutivelmente.

A visita ali efectuada pelo Sr. Dr. Mendes Corrêa, não lhe deixou dúvidas a tal respeito.

Estavam dados os primeiros passos no terreno para o inventário e para a identificação das estações arqueológicas romanas do Baixo-Vouga e, pela primeira vez, se recolhia num museu o material demonstrativo.

Que tenha sido eu o pioneiro dêste trabalho de identificação e de recolha de mobiliário arqueológico, pouco importa. O que importa, é que, em 1930, ficou definida e documentada a romanização material no Baixo-Vouga e ficou assente e comprovada a existência de dois ópidos luso-romanos numa região de onde até aí se não arquivara nem um só caco demonstrativo da ocupação romana e da sua inerente cultura.

\*

\* \*

Por êste tempo — 1930 — procedia eu também ao estudo do compartimento serrano mais afastado para o interior, e encontrava na serra do Arestal as duas estações de arte rupestre comuni-

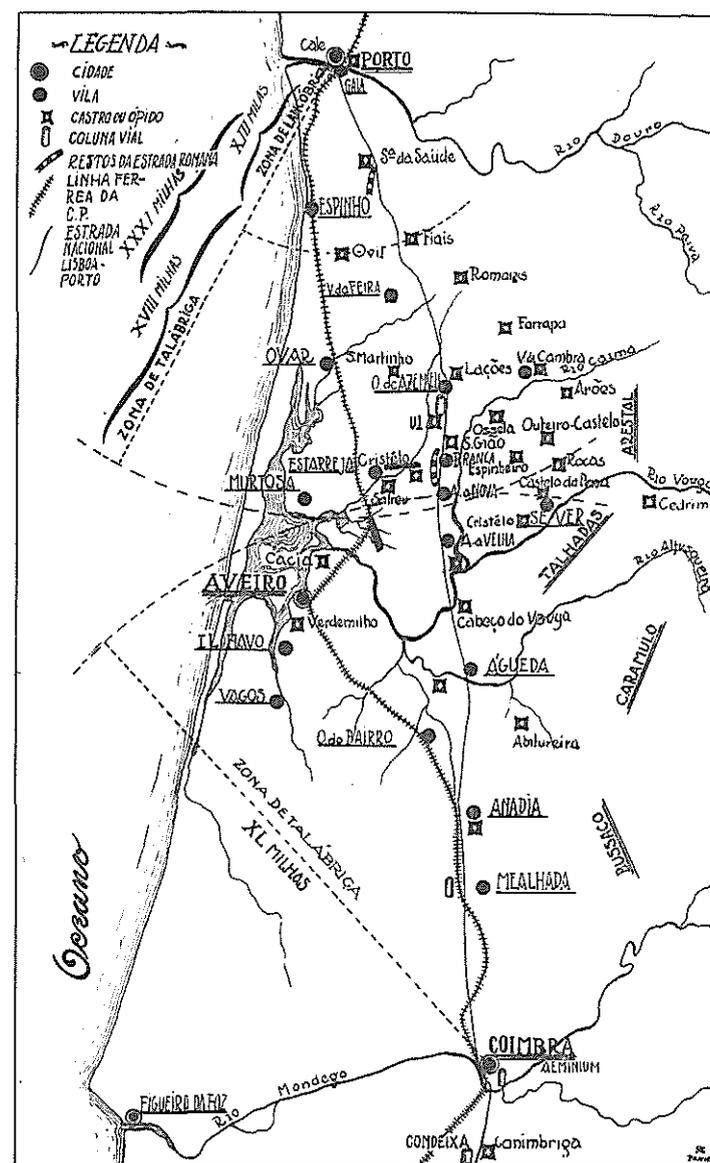
cadras a esta Sociedade e vários castros inéditos que visitei e explorei, fazendo a recolha dos primeiros documentos pré-históricos e castrejos da região. Bem pouco foi e bem pouco é ainda, mas preencheu-se uma lacuna — para não fugir à frase consagrada — lacuna que era incompreensível e indesculpável.

Mas documentou-se no incipiente museu arqueológico anexo ao Museu de Arte que dirijo, embora por forma modestíssima, o paleolítico do Vale do Cértima, o neolítico de muito maior dispersão, a época do bronze e a cultura castreja ante-romana, presumivelmente da segunda idade do ferro, passando-se à época romana de que hoje me ocupo, representada no mesmo museu pelo pequeno espólio que obtive de Cacia e Vouga-Marnel.

A época romana tem outras representações no material recolhido recentemente pelos Srs. Sousa Baptista e António Rocha Madaíl no Cabeço-de-Vouga, nas colunas viais de Mealhada e de Oliveira-de-Azeméis, nas inscrições desta mesma localidade lidas por José Fortes; no Mercúrio de Casal-Comba do Museu Azuaga; na cabeça de Jano do Museu de Aveiro; nas aras e no aparelho do portal do Castelo da Feira; nos restos dos castros de Ossela, explorado pelo Museu Municipal do Pôrto, e de Vale-de-Cambra, remetidos êstes aos Serviços Hidráulicos de Lisboa; de Romariz, em comêço de exploração, e de Fiães, adquirido pela Universidade do Pôrto.

As últimas estações, a norte do concelho da Feira, contactam já com o grupo monumental romano do concelho de Gaia, entre o qual avulta a necrópole de Gulpilhares.

Era, sem dúvida difícil, ousado pelo menos, o cometimento que me propus, da busca e recolha da documentação pré-histórica, proto-histórica e romana em tão vasta zona, demais em luta com a escassez de estações, míngua de indicações e falta de material e recursos, para mim, humilde obreiro, e incipiente, da arqueologia.



Esbôço de um roteiro dos castros ante-romanos e ópidos luso-romanos da região do Vouga-litoral com indicação dos documentos certos e presumidos da Via Militar do *Itinerário* de Antonino e referência às estações viais de Conimbriga, Eminium e Cale, segundo o estado dos nossos conhecimentos em 1942. As zonas conjecturais da situação de Talábrica e Lancóbriga deçalcam o trabalho de Félix Alves Pereira.

Mas dentro do mísero espólio recolhido, e mediante as observações locais que modestamente fiz, tornou-se-me possível constatar o seguinte que pode auxiliar as teorias sistematizadoras:

—As combinações circulares concêntricas e espiralóides de arte rupestre não passam para o sul do Vouga ou são aí desconhecidas.

Coisa parecida acontece com os machados de bronze de tipo nortenho de que só se conhecem dois, de anéis, no distrito de Aveiro, um dos quais está no Museu, havendo apenas outro machado, chato, de tipo meridional, ali recolhido também.

O tipo de casas redondas freqüentes nos castros do norte, só apareceu no Baixo-Vouga em Abitureira de Belazaima, do concelho de Águeda. Isto quanto ao ante-romano.

Quanto aos tempos romanos:

Dos castros da serra, isto é, do interior montanhoso, nenhum foi romanizado. Assim o Castelo de Cedrim, o Castelo da Pena, o Castro de Rocas, o Outeiro-Castêlo do alto do Arestal, o Cabeço do Aro, no Espinheiro, todos de Sever do Vouga, e o Chão de Carvalho ou Castro de Arões, do concelho de Cambra, todos para leste do Caima.

Pelo contrário, é no vale e no pendor ocidental do rebôrd da Meseta ou na planície sedimentar que se encontram os castros que experimentaram a romanização: Fiães e Romariz, Feira, Ossela, Vale de Cambra, Ul, Cristêlo da Branca, Cacia e Cabeço de Vouga, havendo entre êstes alguns como Chão de Ave (na Farrapa de Cambra), Cristêlo de Serem, Castelo de S. Gião, Águeda-Recardães, Anadia, Verdemilho de Aveiro, que não oferecem qualquer documento ou vestígio de habitação e cultura e que apenas se identificam pela persistência do topónimo nos respectivos locais, excepção feita do Castelo de S. Gião na serra da Branca, de Albergaria-a-Velha, que mostra aspectos de construção defensiva.

De todos êstes castros, da serra, do alto plaino, da ribeira ou da marinha, um único mostra o seu local hoje habitado — Cristêlo da Branca, por mim há pouco descoberto na sua característica de castro luso romanizado, no concelho de Albergaria-a-Velha, três quilómetros a oeste de Albergaria-a-Nova, mas o tipo de habitação é o moderno e corrente na região, e a aldeia actual é do tipo linear, sem qualquer aspecto vetusto.

Na direcção da linha Cristêlo, Ul, Santiago de Riba-de-Ul, Couto de Cucujães, escalonam-se a um e outro lado do vale do rio Antuã, alguns castros como Lações de Azeméis e S. Martinho da Gândara, que eu não reconheci ainda e de que não tenho notícias de qualquer exploração, mas que entrego à competência, de investigador erudito que é, do Sr. P.<sup>o</sup> João Domingues Arêde, de Couto de Cucujães.

Da análise dêste panorama castrejo, que eu creio muito deficiente e que poderá ser ampliado com novas pesquisas e explorações, é lícito concluir o seguinte que pela primeira vez formulo, parafraseando, aliás, o que pelo Sr. Dr. Mendes Corrêa foi generalizado a todos os castros do ocidente peninsular:

—A arqueologia do Baixo-Vouga e da sua orla montanhosa, comprova a história no lance do abandono dos povoados de altura por efeito da invasão e da ocupação romanas.

O romano, por meio de acção militar violenta, ou por imposição de vencedor, ou por política industriosa e hábil de ocupação, ou por mera difusão da sua cultura, obrigou e levou os povos dos altos a abandonarem as suas fortificações e os seus domínios primevos.

Os castros da serra morreram sem serem romanizados.

No vale e na peneplanície, o caso é diferente; o romano submeteu, mas permitiu o regresso aos castros ou a continuação do seu viver, e civilizou, introduziu a cultura que empolgou os nativos.

A romanização pareceu ter abrandado — a bem ou a mal!... — os instintos guerreiros e o génio indómito dos lusos subjogados, e fêz deles cultivadores hábeis, mineiros sossegados, camponeses pacíficos.

Instalou-os nas vilas, que Alberto Sampaio tão brilhantemente definiu e historiou desde os confins do Minho até à linha do Vouga, onde as condições de vida e a mesologia começam a diferir sensivelmente.

O romano lavrou, sem dúvida com a mão de obra indígena, as minas do Vale-do-Caima (Albergaria-a-Velha) e do vale do Rio-Mau (Sever-do-Vouga) pois na mina de cobre do Palhal e na mina da Malhada-do-Braçal, apareceram sinais de mineração dessa época, entre êles o chicote de zurzir os escravos que não eram, com certeza, os dominadores...

Isto está de acôrdo com a extraordinária habilidade do romano na prospecção mineira.

Reduziu os minérios de ferro, ainda, no Vale-do-Caima — talvez os do chapéu de ferro, totalmente esgotado, do complexo filonar, pois apareceram no lugar de Rendo, perto de Vale-Maior, grandes escoriais aproveitados pelos proprietários das minas do Braçal no século XIX como fundente da galena, conforme documento que examinei na Câmara de Albergaria-a-Velha.

Aproveitou, também, as limonites de Aguada-de-Cima, no concelho de Águeda, onde deixou datada a sua actividade com moedas cuja época exacta não me foi possível averiguar.

Bem provavelmente, segundo parecer de Alberto Sampaio, instalou a salinagem e provocou a formação dos primeiros vilares de marnotos na fimbria do estuário.

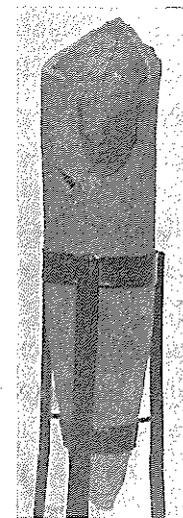
Ensinou a cobrir as casas com a tégula fabricada por ali em oficinas manuais, como as que ainda hoje fabricam a telha mourisca, empregando o barro da região, substituindo assim os velhos tetos de côlmo.

Ensinou a aparelhar e a argamassar a pedra para os muros e construções, a lajear as estradas, a escrever e contar segundo a notação latina. Inveterou nos nativos dominados, por contágio e por comércio, o gôsto pelo confôrto e pelo artefacto de adôrno, pela louça arretina, pela baixela metálica.

Latinizou-lhes o dialecto, adaptou-lhes as instituições à maneira do seu *jus*, enquadrou-os nas suas tropas de guarnição, comunicou-lhes a sua concepção teológica e familiarizou-os com os deuses do seu panteão, afeiçoando também às suas fórmulas e idéias os deuses bárbaros das devoções indígenas.

E, sobretudo, prendeu o luso à terra, como escravo, como ingénuo, como servo ou como *dominus*, e, de tal maneira, que a propriedade vem a resistir à perturbação dos bárbaros do norte e à do domínio serraceno e revela-se nos documentos medievais, nos séculos X, XI e XII, como uma instituição de sólidas raízes, cheia de vitalidade.

Essa documentação notarial respeitante àquêlê território que abrangemos no compar-timento do Baixo-Vouga e Beira-Mar, entre Douro e Mondego, é singularmente abundante: condições especiais de vida rústica se criaram aqui por influência romana, condições essas que perduraram até ao período agitado das duas reconquistas e que se mantiveram na nacionalidade portuguesa, apesar das perturbações, que eu suponho terem sido muito graves, do período calamitoso das invasões dos bárbaros do norte, dos navegantes nórdicos, dos árabes conquistadores, das presúrias e carreiras dos novi-gôdos e da pirataria normanda e sarracena.



Anforeta do castro luso-romano de Cacia

\*

\* \*

Três cidades lusas, três castros de certa importância, existiram e se mantiveram durante a ocupação romana no centro do pequeno país vouguense que podemos chamar, também, por comodidade, a Ribeira-Vouga. Já hoje mencionei essas cidades e já as tinha mencionado na conferência de 1933:

— Talábriga, Cacia e Cabeço-de-Vouga.

Dos ópidos de Cacia e Cabeço-de-Vouga, conhecem-se com exactidão os locais e possuem-se restos, mas desconhecem-se os topónimos.

E digo, desconhecem-se os topónimos, acentuando, porque a vila de Cacia que na Idade-Média nos aparece doada ao abade Eusébio do convento do Lorvão pelo conde D. Henrique e por D. Tareja, não é, de forma alguma, a Cacia luso-romana da estação da Torre, como a vilazinha de Vouga da mesma época não é a citânia do alto de entre Vouga e Marnel, nem coisa que se lhe pareça.

As duas vilas, uma tipicamente rústica, outra com magistraturas municipais embrionárias, dos documentos em que figura D. Tareja, nem sucedem na cultura, nem certamente herdaram os nomes próprios das próximas cidades mortas dos luso-romanos.

De Talábriga ficou-nos o nome, mas perdeu-se o local, o mesmo acontecendo com Lancóbriga que residiria no actual concelho da Feira.

E eis-nos em pleno problema de Talábriga, que intimamente se liga com outro não menos importante problema da arqueologia romana do centro e norte do País: o da *via militar* de Olisipo a Brácar, no seu trecho entre Conímbriga, Emínio e Cale:

Vejamos a importância histórica dos dois problemas.

Talábriga é o unico *oppidum* lusitano de cuja conquista e submissão pelos romanos nos ficou relação escrita do mundo latino.

Talábriga é a cidade lusitana que, por isso mesmo e por demorar no nosso território, incarna e personifica para nós o civismo ancestral, o amor do torrão natal do passado, a altivez na independência das tribos lusitanas que, sem se erguerem à unidade orgânica de *estado* e *nação*, nos legaram a virtude inestimável de um germe de nacionalismo que tem sido, através dos séculos, o condão da nossa continuidade e da nossa personalidade históricas.

Em 1907, o falecido e eminente arqueólogo Dr. Félix Alves Pereira, rematando o seu brilhantíssimo estudo sobre a «*Situação Conjectural de Talábriga*», no *Arqueólogo Português*, escrevia:

«Entrevejo para a arqueologia portuguesa este problema: sondar o jazigo de Talábriga verdadeiro símbolo do nosso sentimento nacional...» e disse *“sentir amargura por não poder conversar na região do Vouga com as ruínas da cidade onde se desfizeram os sucessos cruéis do episódio da guerra de conquista narrado por Apiano e segredar às cinzas daquele abrasado patriotismo que o mesmo sentimento que chamejou nesses lusitanos insofridos, ainda se não arrependera com o soprar sobre elas de vinte vezes cem invernos, pois que já em mais de um dia da nossa existência nacional, ele se tem ateado em protestos bem tímidos de calor...»*

Talábriga, conta-nos, de facto, Apiano, historiador aliás suspeito pela sua preocupação de enaltecer o poder imperialista de Roma, escritorlouvaminheiro dos fortes, como muito bem lhe chamou o Sr. Prof. Dr. Vergílio Correia, era uma das cidades da Lusitânia que mais frequentemente se revoltava.

Décimo Júnio Bruto marchou contra ela e dominou-a, reduzindo os seus habitantes à mercê e mandando-os evacuar a cidade. Exigiu reféns, a entrega dos que haviam desertado e que certamente

se teriam juntado aos talabricenses; tirou-lhes os cavalos, os mantimentos, os dinheiros e todo o material público.

Porém, seguindo as pisadas aquietadoras de Semprônio Graco, depois de lhes fazer sentir a impossibilidade da resistência e a inutilidade das suas revoltas perante o poder de Roma, restituiu-lhes a cidade para nela continuarem a habitar, embora constringidos à impotência e até à penúria.



Cerâmica doméstica do castro luso-romano de Cacia

Esta miséria e condição de humilhada em que ficou a cidade, não devem esquecer-se, pois que talvez nos expliquem um pouco da obliteração das suas ruínas e da mesquinhez do espólio que porventura um dia venha a encontrar-se, embora não explique a perda da sua tradição local.

É bem provável que, apesar do tato político do cônsul romano, algo mais de violento se passasse, conhecidas como são

da história as barbaridades praticadas por todos os invasores e, especialmente, pelos conquistadores romanos quando encontravam resistência nas populações peninsulares, de que ficaram tremendo exemplo a perfídia de Galba e as tragédias de Numância na Celtibéria e de Monte Medúlio nos altos do nosso Minho.

Talábriga vencida e empobrecida, quebrantada e espoliada, continuou a existir, como o demonstra a era de Estorãos com referência a um talabricense, no século III-IV depois de Cristo, e a inscrição no *Itinerário* de Antonino, no século IV da nossa era.

Plínio o antigo, em *Naturalis Historia*, também menciona Talábriga, seguindo do rio *Durius* onde começava a Lusitânia, para o sul, através do território dos velhos *Turduli* e dos *Pesures*, até ao ópido e rio de Emínio.

Porém, o conhecido autor latino, coloca Talábriga, ou Talábrica na forma romana, depois do rio *Vacca*, actual Vouga, e numa das suas versões variantes, aparece, antes de Talábrica, e depois do rio *Vacca*, o *oppidum* de *Vacca*, o que poderia representar uma interpolação, porque *Vacca* não é mencionada na outra versão pliniana nem em qualquer outro documento. E digo em qualquer outro documento, visto que, como nos assegura o Sr. Dr. Mendes Correia, a inscrição referida por Frei Bernardo de Brito como sendo a de uma lápide achada em Ossela, nas margens do rio Cambra, que no caso seria o rio Caima, inscrição essa que falava em *Vacca* ou *Vacua*, foi reputada falsa por Hübner e pelo professor Vickert, continuador do eminente epigrafista.

*Vacca* ou *Vacua* não é mencionada no *Itinerário*, e Talábriga, segundo o mesmo *Itinerário*, na versão berlinense, distava 40 milhas de Emínio e tinha de distar 31 milhas de Cale, pois esta é a soma das distâncias intermediárias de Talábriga a Lancóbriga e de Lancóbriga a Cale.

Mas no Cabeço-de-Vouga há ruínas importantes postas a descoberto em Setembro findo pelo Sr. Joaquim de Sousa Baptista, ilustrado proprietário e investigador dos arredores. E de Talábriga nada se tinha apurado ou descoberto.

Quere dizer que a citânia de Cabeço-de-Vouga não aparece no *Itinerário*, sendo de presumir, porém, que passasse ali a via romana. E de Talábriga, citada no *Itinerário* como existindo a certa distância miliária de certas outras estações, nada mais era sabido e conhecido quanto à sua jazida.

Lapso ou confusão?

Em hora feliz chamou a si o problema o Dr. Félix Alves Pereira, propondo-se determinar por forma positiva a situação do famoso ópido lusitano.

Adoptou para tal um método gráfico de inegável valor e de irrefragável lógica, idêntico ao que a arqueologia espanhola adoptara para a descoberta de Numância.

Tomou do *Itinerário* de Antonino um raio igual à distância de Cale a Lancóbriga e com o compasso fixo em Cale, ou margem do Douro correspondente a Cale, traçou na carta o arco de círculo da zona de Lancóbriga.

Tomou depois a distância de Cale a Talábriga e traçou o arco de círculo da zona de Talábriga.

Tomou seguidamente a distância de Emínio a Talábriga e traçou, de sul para norte, o arco de círculo da zona de Talábriga. Os dois arcos de Talábriga cortaram-se um ao outro.

Fêz assim uma contraprova rigorosa das distâncias do *Itinerário* e da sua veracidade.

No espaço compreendido entre os dois arcos de Talábriga, ou nas suas proximidades, deve achar-se o *ubi* do «oppidum» luso-romano. O erro possível por êste método, mesmo o proveniente da medição da estrada ou da errada equiva-

lência da milha romana tem de ser necessariamente muito pequeno, pois se trata de uma distância total de 105 quilómetros.

Temos, destarte, determinada por um processo geométrico a zona da cidade pré-romana de Apiano e Décimo Júnio Bruto, que, segundo tôdas as probabilidades — sem se excluir em absoluto a hipótese de haver outra — se continuou, embora talvez decadente e apagada, na cidade luso-romana da ara de Estorãos, do naturalista e geógrafo Plínio o antigo, de Ptolomeu e do *Itinerário* de Antonino.

A localização obtida por semelhante processo corresponde a um terreno que fica entre Albergaria-a-Nova, Branca e Salreu ou seja entre as vilas de Albergaria-a-Velha, Estarreja e Oliveira-de-Azeméis.

A situação de um «oppidum» em tal zona é, pois, a condição essencial exigida pelo argumento miliário e quilométrico, isto é, pelo argumento vial, para identificação com o *ubi* de Talábriga de quaisquer restos arqueológicos que apareçam.

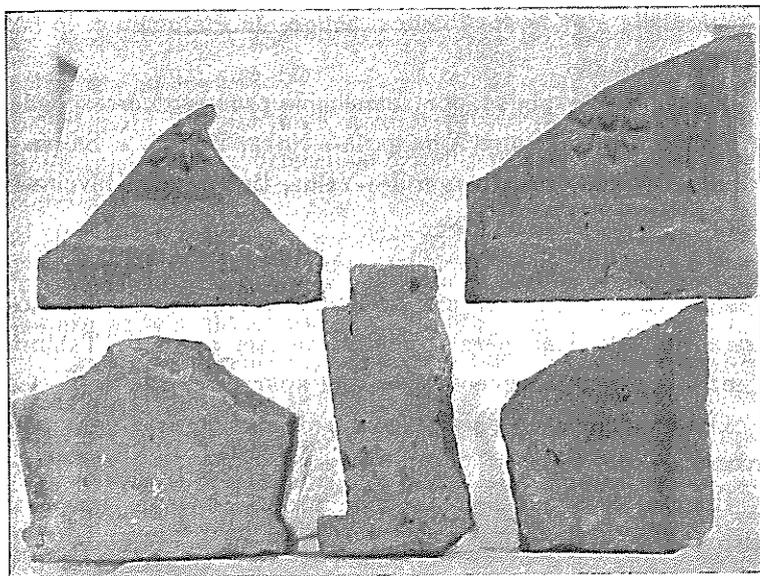
Outros requisitos, porém, deve ter qualquer sítio para poder ser êsse *ubi*.

É necessário que seja um sítio próprio para a vida de um castro pré-romano, defensável, elevado, forte por natureza. É o requisito topográfico, militar e tradicional.

É necessário que as ruínas ou restos que apareçam nesta zona em eminência castreja, revelem um fundo de cultura ante-romana e uma sobreposição de cultura romana, isto é, que demonstrem acentuada romanização ou a mistura bem conhecida das pobres formas lusas com as mais perfeitas formas romanas.

Mas é sempre essencialmente necessário que o castro ou ópido esteja sôbre a via militar de Emínio a Cale ou perto dela, via que não se sabe por onde corria, mas que não pode, plausi-

velmente, afastar-se muito do actual traçado, quasi que rectilíneo, da estrada nacional n.º 10, visto que a distância obtida pelo Dr. Félix Alves Pereira na redução das milhas do *Itinerário* a quilómetros entre Gaia e Coimbra é de 105.151 metros; a distância na carta do Estado Maior do Exército é quasi a mesma e pela estrada nacional é de pouco mais de 115 quilómetros.



Cerâmica de construção do castro luso-romano de Cacia

Como vimos, Gaspar Barreiros, o nosso corógrafo do século XVI, tratou do problema da localização do citado ópido luso-romano com apreciável critério. Seguindo passo a passo o *Itinerário*, que levou certo de Conímbriga até ao Vouga, desorientou-se aqui e enveredou para oeste indo colocar Talábrica em Cacia — «na qual vila e igreja de S. Julião nas ribeiras do Vouga situadas se acham vestígios antigos». —

Marques Gomes foi da mesma opinião, combatendo a daqueles que, como Frei Bernardo de Brito, pretendiam que Aveiro ocupasse o lugar de Talábrica.

Mas em minha humilde opinião, estando eu, como estou, em muito boa companhia, não pode confundir-se o «oppidum» de Talábrica nem com Cacia, nem com Vouga-Marnel ou «oppidum» do Cabeço-de-Vouga, e deverá procurar-se sempre na freguesia da Branca, do concelho de Albergaria-a-Velha, onde lhe assinalam a mansão os indicativos miliários e quilométricos extraídos da fonte mais segura que possuímos, que é o *Itinerário*, como Félix Alves Pereira demonstrou.

Assim pensa, também, o Sr. Dr. Vergílio Correia que expôs o seu modo de ver sobre a questão no respectivo capítulo da *História de Portugal* dirigida pelo Sr. Dr. Damião Peres, bem como o Sr. P.º Domingues Arede em artigo publicado por 1937 no *Arquivo do Distrito de Aveiro* e em carta que há pouco teve a bondade de dirigir-me.

No entanto surgiram modernamente opiniões em contrário que me cumpre mencionar.

O Sr. Coronel Strecht de Vasconcelos, pelas razões etimológicas que aduziu numa dissertação intitulada *Talábrica*, dissertação que fez publicar no jornal o *Correio do Vouga* em 1934, em resposta a mim e de mim discordando, considerou a palavra Talábrica um *ferónimo* que poderia derivar do grego ou do latim.

Pelos étimos gregos significaria — *submersa nas águas* e pelos étimos latinos — *subvertida na lama*.

Talábrica, por fôrça desses étimos, deveria encontrar-se, pois, enterrada nas areias ou lamas do Marnel, sendo escusado procurá-la no alto do Cabeço-de-Vouga, sobranceiro ao Marnel e ao povoado de Vouga, ou em qualquer outra parte, mesmo onde a gente bata com as milhas do *Itinerário*.

A isto respondeu, com inteligente acêrto, no mesmo jornal, um ilustrado sacerdote da Vila-da-Feira, discreateando sôbre as cidades dos séculos X, XI e XII:

— «*Se Talábriga era um oppidum existente à data da organização do Itinerário de Antonino, como poderia o imperador geógrafo chamar-lhe cidade submersa ou Talábriga?*»

E eu, sem me impacientar, declarei e declaro que não sei se estão certos os étimos e os ferónimos do Sr. Coronel Strecht de Vasconcelos, a quem aliás protesto a minha melhor consideração pessoal, mas o que não está certo, é o enterramento da pobre Talábriga nas lamas do lugar de Lamas ou nas areias do Marnel!

O que ali há perto, da mesma época de Talábriga, são os restos de um «*oppidum*» luso-romano lá no alto do monte, «*oppidum*» que foi considerado a cidade de Vacca por muitos dos nossos humanistas e por Borges de Figueiredo, «*oppidum*» de que eu recolhi material típico entre 1928 e 1935 e de que os beneméritos trabalhos do Sr. Sousa Baptista dos últimos meses de 1941 puseram a descoberto importantes construções que é lícito supor sejam mais vastas e nos forneçam elementos para resolvermos o enigma do seu topónimo.

Também o Sr. Dr. Aristides Amorim Girão, ilustre professor da Universidade de Coimbra, na *Geografia de Portugal* que traz em publicação pela *Portugalense Editora*, veio dar-nos o parecer de que foi no Cabeço-de-Vouga que residiu a famosa Talábriga.

Mas pelo *Itinerário*, como lúcidamente observou o Sr. P.<sup>o</sup> Arede, cresceriam 10 milhas, nada menos, contando-se a partir de Conímbriga, e faltariam outras tantas a partir da margem calense do Douro.

Parece-nos que o distinto professor, geógrafo e arqueólogo, se impressionou demasiadamente com a idéia arreigada, por

fôrça de repetição, de que o ópido luso-romano ficava junto da foz do Vouga, e convencido de que o Vouga desaguava, ao tempo, não na ria actual, mas num braço marinho que penetraria pelo leito do seu curso inferior, entende que é no Cabeço-de-Vouga que deve estar a Talábriga, tanto mais que *a cidade velha da foz de um rio, é junto da foz velha do mesmo rio que tem de procurar-se.*

Com pena minha, discordo das suas razões, e digo com pena minha, porque, quaisquer que sejam as nossas divergências, eu não esqueço nunca o alto mérito do douto catedrático, tendo, aliás, comunicado a Sua Ex.<sup>a</sup> lealmente a minha discordância.

Em primeiro lugar, nenhum texto autorizado dos tempos clássicos fêz referência à foz do Vouga quando falou de Talábriga.

Plínio colocou-a, a meu ver por confusão, depois do Vouga, mas não falou na foz do rio. Estrabão nem sequer referiu a cidade quando tratou do Vouga e do Mondego. Apiano nada diz a tal respeito. A proximidade da foz do Vouga — *stricto sensu* — em que eu acreditei também durante algum tempo — foi uma invenção ou uma maneira de dizer dos eruditos posteriores a Gaspar Barreiros. A confusão de Plínio é desculpável e compreensível sabendo-se que não veio à Península, mas descreveu esta aproveitando informes e relatos de Varrão e Agripa e de outros contemporâneos que por aqui viajaram.

Em segundo lugar, não creio hoje, talvez, num *braço marinho* que nos tempos romanos se inveterasse assim pelo baixo curso do Vouga. A geologia parece-me que não admite ou, pelo menos, não justifica tal suposição para época tão avançada da morfologia regional.

A meu ver, ao tempo da invasão romana, já na frente do desaguadouro inferior do Vouga havia formações deltaicas, umas

em progresso, outras já velhas e consolidadas, e o mar estaria muito afastado

É possível que por aí mesmo ficasse a ilha onde os montanhesees do Ermínio acossados por César se refugiaram. Foi a opinião de Napoleão III que estudou o problema histórico-geográfico da narrativa de Dion Cássio.

Mas o que não admite dúvidas, é a existência da *mãmoa* de Veiros e da *mama parda* em plena margem da ria da Murtosa, em terrenos arenáceos e vasosos de acumulação marinha e fluvial, laterais, por ocidente, de uma duna cujo material superior móvel cobre concreções ferruginosas com aspectos de consolidação, duna essa que acompanha a via férrea de Estarreja até Espinho.

Os próprios terrenos de Veiros e Murtosa encontram-se fortemente concrecionados e ferretizados sob a camada arável. Trata-se, muito provavelmente de uma duna quaternária ou de um cordão litoral que desde os tempos pleistocenos obstruía o remoto estuário do Vouga.

Mas as mãmoas bastam para nos datarem essas grandes emergências de uma época indiscutivelmente anterior aos próprios megálitos!

Uma penetração marinha que possa chamar-se *braço marinho*, nos tempos romanos, pois, em um vale tão estreito como o do Vouga para montante de Eixo, existindo aquelas formações consolidadas na frente do canal ou esteiro, não me parece de aceitar, embora se admita que a onda de maré subisse mais alto e mais longe.

Mantendo uma opinião por mim há muito expressa, entendo que na época romana a topografia regional não diferiria essencialmente da presente, a não ser em pormenores tais como a consolidação do cabedelo costeiro, a acumulação vasosa, o avanço dunar, a modificação dos fundos e das emergências. O delta já deveria existir.

\*

\* \*

Em Setembro de 1941 encontrando-me em Aveiro com o Sr. Dr. Mendes Corrêa, trocámos impressões sobre a estação arqueológica do Cabeço-de-Vouga e acordámos em fazer a sua exploração, convencidos como estávamos, pelas visitas feitas, de que essa exploração devia ser fecunda.

Dias depois deram os jornais notícia das escavações que o Sr. Sousa Baptista ali fazia e dos seus curiosos achados. Soube depois, ainda, que o Sr. António da Rocha Madaíl, erudito arquivista, bibliógrafo e publicista, de acôrdo com o Sr. Baptista, dirigia os trabalhos.

Não havia mais lugar à nossa intervenção visto que a exploração arqueológica estava bem entregue.

Mas eu resolvi continuar a procurar o leito da estrada romana e, simultâneamente, a jazida de Talábriga porque o problema é conexo.

Procedi, então, a pesquisas metódicas na Branca para averiguar de quaisquer possíveis restos luso-romanos no aro daquela povoação, indicado pelo compasso de Félix Alves Pereira como sendo a zona de Talábriga.

Estudei de novo, minuciosamente, as cartas topográficas e meti-me com elas na Secretaria de Finanças de Albergaria-a-Velha a examinar a matriz predial referente às freguesias de Albergaria e da Branca e, novamente, dali voltei para o terreno que já por vezes tinha observado sem o menor êxito.

A matriz predial, como o registo predial, encerra um cadastro de propriedade que nos fornece tópicos preciosos que escapam aos corógrafos e às cartas topográficas mesmo de grande escala, e que são difíceis de obter nas próprias explorações de campo e nos inquéritos locais.

Na matriz da Branca feriu-me a atenção uma longa série de artigos dispostos a um e outro lado da *estrada velha*. A *estrada velha* nestas alturas foi como que uma grande janela aberta para a luz!

Verifiquei então, auxiliado por minha filha Eneida e por meu genro o Dr. Camilo de Oliveira, que a *estrada velha*, em que nunca ninguém falara, seguia a pouca distância a estrada nacional, por poente desta, a partir de Albergaria-a-Nova onde se começa a encontrar, e atravessava um lugar chamado *Lajinhas*.

Que das *Lajinhas* se passava para oeste a um *Cabeço Queimado* e do *Cabeço Queimado* se seguia a *Cristêlo*, por alguns também pronunciado — *Crestêlo*, o que nada importa.

A carta topográfica da Geodésica de 1 para 50.000 e a de 1 para 100.000 mencionavam *Cristêlo*, mas apesar de trazerem o traçado da *estrada velha*, não lhe davam qualquer designação que nos revelasse a sua antiguidade.

*Cristêlo* era, de há muito, objecto de atenção minha e desejava visitá-lo pela simples curiosidade do seu topónimo, já mencionado por Félix Alves Pereira e pelo *Arqueólogo Português*.

Mas eu julgava-o pertencendo ao concelho de Estarreja e tencionava atingi-lo partindo do Santo Amaro, local de uma importante feira desse concelho.

A matriz predial, porém, combinada com a carta topográfica, elucidou-me. *Cristêlo* ficava na freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha, e muito mais perto, afinal, de Albergaria-a-Nova que do lugar central da freguesia, que é Souto da Branca, e não muito distante de *Lajinhas* e da *estrada velha* que corre próximo da estrada nacional até ao lugar de Còxe.

*Lajinhas* logo me trouxe à lembrança as *lajes* das estradas romanas.

Outro lugar chamava-se mesmo — *Estrada!* Em *Lajinhas* há uma *calçada*. A *calçada*, verifiquei, é moderna, mas o termo era ainda sugestivo. Comecei a querer acreditar ter dado com um precioso achado — um trato da via militar romana que iria por ali em direitura a UI!

Depois de um primeiro reconhecimento do terreno, dirigi-me ao alto da serra de S. Julião, montanha que corre paralela ao rio Caima por trás de Souto da Branca.

Marques Gomes, em 1877, dissera que no alto dessa serra havia “*ainda vestígios salientes de uma atalaia que ocupava toda a circunferência do plaino, na extensão de 300 metros de comprimento, divisando-se parte da vala, ou cava exterior e da linha do parapeto em toda a vala, havendo do nascente uma saída e entrada larga pela encosta do monte abaixo com muros e cortinas laterais de pedra e terraço*”.

Frei Bernardo de Brito também se referiu a esta serra, chamando-lhe de S. Gião, e ao reduto castrejo do seu alto, porque os naturais assim o denominavam, *Castelo de S. Gião*.

Já eu encontrara na matriz o *Alto do Telégrafo* e a meia encosta a ermida de S. Julião, que Bernardo de Brito também mencionava.

Verifiquei que o *Alto do Telégrafo* de hoje corresponde ao Castelo de S. Gião, de Brito, e à atalaia de Marques Gomes, embora este último escritor faça um descritivo que não condiz presentemente com a realidade.

Há, de facto, porém, ali restos de um castro, que pela primeira vez se identifica como tal, mas que pode ter sido um simples reduto, pois não vi sinais de habitações. Alguma cerâmica que recolhi numa ligeira sondagem, pareceu-me relativamente moderna. A muralha é visível em alguns pontos. A pedra dos lanços que faltam, está empregada em muros divisórios de propriedades vizinhas.

Foi aqui que Bernardo de Brito, segundo êle nos conta, encontrou um marco que lhe pareceu miliário, mas de *letras mui apagadas*, em que se inscreveria a milha XII e que falaria em *Vacua*. O continuador de Pinho Leal lamentou o descrédito de Brito, pois se fôsse autor fidedigno seria de suma importância a sua notícia.

A inscrição do marco resolveria o problema das ruínas do Cabeço-de-Vouga e talvez o da localização de Talábriga.

Hübner não aceitou a veracidade do achado, mas eu, como Félix Alves Pereira, penso que alguma coisa haverá de verdade na narrativa do frade de Alcobaça que diz ter ali passado e subido e que aventou ser ali a Lancóbriga que o marco indicaria estar a XII milhas de Vácua. As ruínas de muros não se inventam e só modernamente adquiriram a devida importância. O cronista cisterciense não poderia inventar o que ainda hoje lá se observa, e trazendo a via romana para êstes confins afastava-se de Aveiro que julgava ser a Talábriga.

Por detrás da serra corre a velha estrada de Arouca que viria entroncar na *estrada velha* em qualquer ponto próximo de Lajinhas.

Essa estrada de Arouca, com muros de pedra grossa, evidentemente aproveitada de outras construções superiores, é que pode ter fornecido o marco visto pelo autor da «*Monarquia Lusitana*», pois não é crível que para o alto da serra se conduzisse a coluna vial pertencente à velha estrada romana de Olisipo a Cale muito distante e muito em baixo.

Seria neste castro a falada Talábriga?

Pareceu-me de precárias condições de habitabilidade para tal e não foi ali encontrada nunca, que eu saiba, qualquer prova de romanização.

Julgo mais provável ter sido uma atalaia, um reduto ou um refúgio de gentes e gados, talvez da «*civitas*» talabricense, em momentos de perigo.

Acompanhado pelos Srs. Prior de Branca, Rev.<sup>o</sup> Conde, e pelo antigo Delegado e Procurador da República Sr. Dr. Manuel Marques da Silva, ali residente, cavalheiros que se têm dedicado também a pesquisar as antiguidades locais, especialmente o último que encontrei com idéias arreigadas a respeito da passagem por ali da estrada romana, mas que infelizmente nada havia publicado, percorri pela terceira vez o leito da estrada antiga, agora no sentido norte-sul.

O Sr. Dr. Marques da Silva quis mostrar-me os fundamentos da convicção em que estava de que a *estrada velha* decalcava a estrada romana e mostrou-me, na verdade, algumas lajes, a que outras, descobertas na ocasião, se seguiram, tôdas muito aceitáveis como restos do lajeado romano, asseverando-nos os vizinhos que essas lajes eram da estrada velha e indicando-nos pontos onde o lajeado ainda há poucos anos era cerrado e extenso e donde, por alguns dêles mesmos e por outras pessoas conhecidas, muitas lajes tinham sido arrancadas.

Devo dizer que o subsolo não contém granito, mas é formado por xistos muito fósseis e alterados do precâmbrico.

Sem poder exhibir ou referir uma prova decisiva, e apesar da minha sistemática reserva e cauteloso pessimismo, pessimismo e reserva que eu adopto como norma nas minhas explorações, acho de todo o ponto provável que grande parte do leito desta *estrada velha* que atravessa Albergaria-a-Nova e termina no sítio de Côxe, correndo paralela à estrada nacional e à linha do Vale-do-Vouga na extensão de uns quatro quilómetros, corresponda ao leito da via romana.

Dali poderia ela passar a Ul, onde apareceu um marco miliário, ao castro de Lações de Azeméis, a Carcavelos de S. Tiago-de-Riba-de-Ul e à ponte romana da Pica em Cucujães, sempre por poente da nacional, como entende o Sr. P.<sup>o</sup> João

Domingos Arede, seguindo depois à Senhora da Saúde, onde Armando de Matos deparou com o pavimento lajeado que comunicou em 1937 a esta Sociedade.

Crê e com justa razão o Sr. P.<sup>e</sup> Arede que a velha estrada real de Lisboa decalcava a *Via Militar* de Antonino, porquanto não consta que os povos bárbaros, mouros e leoneses que sucessivamente dominaram o nosso país, tivessem construído estradas e pontes de grande importância, pôsto que o povo continue a chamar mouras ou mouriscas às estradas e pontes romanas. Seria o caso da *estrada mourisca* de Viterbo que afirma, sem aduzir a prova ou mencionar a fonte.

A *estrada velha* da freguesia da Branca que hoje assinalo, nunca foi publicamente lembrada, reconhecida ou considerada por ninguém que eu saiba, nem mesmo pelo Dr. Félix Alves Pereira, mas devo dizer que a minha investigação encontrou já idéias definidas, por observação directa, no meu ilustre amigo Sr. Dr. Manuel Marques da Silva.

O facto da existência das lajes causou no Sr. Dr. Vergílio Correia, no próprio local, a mesma agradável surpresa que a mim causara também.

\*

\* \*

Vejamos então, agora a importância do problema da *Via Militar*.

Descobrir o leito da estrada militar romana através do distrito de Aveiro, seria só por si um objectivo interessante no plano da arqueologia histórica nacional.

Em 1937, escrevia o Sr. Dr. Vergílio Correia: « raro é o arqueólogo que, alguma vez, na sua vida, não tenha tido de defrontar-se com o problema das vias romanas do território português. Para os

que estudam a época dos Césares, o conhecimento dos caminhos antigos, documentados pelos itinerários, pelo onomástico e pelos próprios restos das estradas, é fundamental, basilar, indispensável.

Infelizmente não existe para todo o país um trabalho no género do que o Padre Manuel Capela publicou em 1895 acerca dos *Miliários do «Conventus Bracarangustanus» em Portugal*. Se existisse, decerto firmaria o nome do seu autor no capítulo da «*Arqueologia Romana*». Porém hoje, o esforço particular de um amador ou profissional não bastaria para resolver o vasto problema da viação imperial no nosso país. Só o Estado poderia, com pleno sucesso, tomar a seu cargo o assunto. »

E acrescenta:

« O assunto da viação romana é tão difícil, na ausência de marcos e vestígios materiais, que apesar da distância entre Conimbriga e Eminium ser somente de 10 milhas, perto de 15 quilómetros, não se conseguiu ainda estabelecer o seu traçado . . . »

O ilustre professor escrevia isto a propósito dos restos de uma ponte que apareceram perto da Mealhada, quando do desvio da estrada nacional, concluindo, desalentado, que «o que vira afastava a hipótese romana e que teríamos de continuar a utilizar as informações documentais, à falta de melhor. . . »

Felizmente parece que podemos começar a aproveitar monumentos materiais e documentos arqueológicos no traçado através do Vouga-de-Baixo.

O Sr. Dr. Armando de Matos, estudando as Estradas Romanas no Concelho de Gaia em 1937, dizia, e muito bem:

« A época da romanização da Península é aquela que mais importância tem para o esclarecimento das origens da civilização de

que somos filhos; é, portanto, a mais interessante e uma das que mais atenção nos merece...

*Tendo sido a conquista romana da Península — e daquelas regiões que mais tarde haviam de formar Portugal — efectuada de Sul para Norte, não é de admirar que a primeira grande estrada militar que sulcou o ocidente peninsular, trouxesse aquela orientação.»*

Importância vital deveria ter, efectivamente, para o domínio romano esta via que o Sr. Cristóvão Aires, citado pelo distinto director dos Museus Municipais de Gaia, denominou de *estrada da ronda* e pela qual rapidamente se deslocariam as tropas a subjugar as veleidades de rebelião das tribos ocidentais, de seu natural tão altivas e aguerridas na Lusitânia e na Galícia como as eternamente heróicas da Celtibéria.

Mas a grande via de Olisipo a Brácará, como a estrada actual de n.º 10 entre Lisboa e Pôrto, que é com a linha férrea paralela, uma verdadeira espinha dorsal da vida de relação entre o Norte e o Sul do País, entre as duas grandes cidades nossas capitais, deveria ter-se tornado também uma necessidade política, pois ela não poderia deixar de ser um grande instrumento de expansão civilizatória, cultural, económica e administrativa do romanismo nesta faixa do ocidente peninsular.

Fulcro de domínio, eixo de influência imperial, a via militar Olisipo-Brácará, seria, se existisse ainda, o maior monumento da romanização do ocidente. Essa estrada foi considerada por Hübner em 1871, como construída ou reformada por Calígula (37 a 41 depois de Cristo) em vista do marco que vira no pátio da Universidade de Coimbra. Mas o grande epigrafista, em 1888, já atribuiu a construção do caminho mais antigo, segundo refere o Sr. Dr. Ver-

gílio Correia, aos tempos de Adriano, ou seja dos anos de 117-138.

Pinho Leal diz que as primeiras estradas que os romanos lançaram entre nós, datam talvez de Júlio César (49 antes de Cristo) e de Augusto (26 antes de Cristo), o que toma visos de verdade com o marco dedicado a Tibério, sendo algumas de Vespasiano, Trajano, Adriano e Antonino.

Porém o autor do *Portugal Antigo e Moderno* não indica as fontes da sua informação.

Hübner, em 1888, desconhecia com certeza a coluna vial de Ul, povoação ao sul de Azeméis. José Fortes visitou o lugar e castro de Ul em 1909 a pedido de Bento Carqueja, fazendo, a seguir, a leitura dessa e de outra inscrição.

O marco estivera incorporado nas paredes da igreja demolida em 1790 e foi metido depois em obras anexas da mesma igreja e dali retirado e salvo por influência do ilustre e falecido director de *O Comércio do Pôrto* naquele ano de 1909.

O próprio estudo de Félix Alves Pereira a que me tenho referido, publicado no *Arqueólogo Português* em 1907, não fala ainda neste achado a todos os títulos precioso por ter data e número e por nos marcar um ponto do picteado da misteriosa via.

O Sr. Dr. Vergílio Correia, escrevendo no *Diário de Coimbra* em 1937 sobre o problema da estrada romana de Coimbra ao Pôrto, certamente por mero esquecimento de jornalista, não mencionou o monumento de Ul que nesse mesmo ano examinou comigo, de passagem em Azeméis, a caminho de Arouca.

O trecho da via-militar encontrado pelo Sr. Armando de Matos, ao norte; a ponte romana da Pica em Cucujães, publi-

cada pelo Rev. Arede; o miliário de Ul lido por José Fortes e as guias e restos de lajeado da *Estrada-Velha* de Albergaria-a-Nova entre Lajinhas e Côxe, na Branca, hoje comunicadas, com fortíssima presunção *romanos*, marcam-nos a directriz geral muito provável da estrada do *Itinerário de Antonino* entre Cale e o Vouga.

Na noite desta grande dificuldade, — directriz, traçado e leito da *via militar romana* entre Emínio e Cale, parece que já começa a enxergar-se um picteado, porque algumas lucernas acesas, embora bruxuleantes, se erguem nas mãos dos investigadores alumando aqui e além o ínvio caminho...

\*

\* \*

Passava em Talábriga e passava em Lancóbriga...

Mas em que pontos dessa estrada, ficava Talábriga e ficava Lancóbriga?...

Eis de novo, por fôrça dessas estações viais, pôsto ante nós o enervante problema, sem dúvida um dos mais apaixonantes não só da nossa arqueologia romana, mas também da nossa proto-história e até da nossa pré-história, pois o sufixo *briga* nos assegura da antiguidade céltica desses castros lusitanos.

E o Sr. Dr. Mendes Corrêa chega a crer que onde a actual oponímia refere os nomes de castro ou crasto, citânia, cidade, cidadelhe, crestins, castelo, castêlo, crastêlo e cristêlo, se pode chegar a retrotrair o início do povoado a uma data coeva dos megálitos!...

Voltemos ao *Itinerário*. Em primeiro lugar devemos advertir-nos da existência de vários textos de cuja diversidade Pinho Leal nos dá nota no tópico respectivo.

Seguimos, porém, a edição de Berlim, de 1848, de Parthey e Pinder, a mais adoptada entre os nossos estudiosos do assunto e parece que uma das mais cuidadosas e perfeitas.

As distâncias que nos interessam são as seguintes:

De Conímbriga a Emínio. . . . .	7 milhas
De Emínio a Talábriga . . . . .	40 milhas
De Talábriga a Lancóbriga . . . . .	18 »
De Lancóbriga a Cale. . . . .	13 »
Total entre Emínio e Cale. . . . .	71 »

ou sejam na equivalência de 1.481 metros por milha, um total de 105.151 metros, isto é, 105 quilómetros e 151 metros.

A versão do Códice Florentino diverge na distância de Emínio-Talábriga, a que atribui apenas onze milhas, certamente porque em vez de um X e um L se colocou um X e um I, mas, como diz o Sr. P.<sup>o</sup> Arede, a sua tabuada está evidentemente errada.

Edição alemã e Códice Florentino são concordes na distância entre Cale e Lancóbriga.

Cale não pode deslocar-se de qualquer das margens do Douro na altura de Gaia-Pôrto. Portanto, Lancóbriga, segundo o Rev. P.<sup>o</sup> Arede, não pode afastar-se do terreno situado entre S. João de Ver e Lourosa. O castro romanizado mais próximo, conhecido, é o de Fiães, sem que tome, por tal notar, o compromisso de opinião de que êle seja Lancóbriga, questão que hoje deixo sem outra discussão.

Mas como o Códice Florentino dá XI milhas para o percurso Emínio-Talábriga, sendo Talábriga na Mealhada, Lanco passaria

muito para o sul, para as alturas da Branca, onde a quis localizar Frei Bernardo de Brito.

Impossível perante a unanimidade das duas variantes do Itinerário: 13 milhas de Cale a Lanco!

Logo, é a edição berlinense a que está certa e por isso Talábriga tem de procurar-se onde esta edição a coloca e onde o compasso de Félix Alves Pereira lhe assinou o local, — quero dizer — a zona. Essa zona, é a do lugar de Albergaria-a-Nova, é a do lugar de Lajinhas e da *Estrada Velha*, é a do lugar de Cristêlo, é a do Castelo de S. Gião, é a da freguesia da Branca, do concelho de Albergaria-a-Velha.

Mas até há pouco, nenhum indício de qualquer obra, monumento ou povoação dos tempos luso-romanos ali se tinha encontrado ou verificado, a não ser o que referira Brito em 1600.

Agora podemos já entrar para o estudo do problema com o *Castro*, reconhecido, do *Castelo de S. Gião* ou da serra da Branca; com o lajeado aceitavelmente romano da *Estrada Velha*; e com o « oppidum » luso-romano de Cristêlo.

Tudo isto, que é pouco ainda, pode ser muito se novos achados lhe derem fôrça; tudo isto, como indicativo de Talábriga, pode ruir pela base se aparecer qualquer monumento epigráfico comprovativo de ser noutra parte a jazida do histórico « oppidum ».

Em qualquer caso temos novos documentos da cultura romana na região explorada.

Em 16 de Dezembro último, depois de percorrermos a *Estrada Velha* de norte para sul e de observar e fotografar o enfiamento das lajes do sítio da *Estrada*, na propriedade do Sr. Manuel Leandro, fomos, em pequena caravana, formada pelo Sr. Dr. Manuel Marques da Silva e seu filho, estudante da Universidade, pelo Rev.º José Conde, Pároco da freguesia, por



Lajes de granito na *Estrada-Velha*, próximo de *Lajinhas*, freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha. Possivelmente guias ocidentais da via romana. Postas a descoberto quando da visita do Sr. Dr. Vergílio Correia.

Foto de Manuel Abreu.



Castro de S. Gião, na serra da Branca. Restos de muralha.

Foto do autor.

minha filha e por mim, das Lajinhas a Cabeço Queimado e daqui a Cristêlo, pois Cristêlo era, pelo seu topónimo e situação, o meu principal objectivo dêsse dia.

Cabeço Queimado em que eu depositava muitas esperanças por me lembrar a *cidade queimada* do cêrro de Garray, em Espanha, cidade que é Numância, desapontou-me inteiramente, pois nada de notável revelou.

Cristêlo, que atingi sob uma grande fadiga, porém, impressionou-me logo de entrada pelo seu imponente aspecto topográfico. Marques Gomes dissera dêle, apenas, que possuía a mais antiga capelita da paróquia da Branca, sinal de que não ligava ao topónimo a importância devida e de que desconhecia ali em absoluto os restos de romanização.

Mas a posição é admirável!

Cristêlo é hoje um pequeno lugarejo sem estrada, sem escola, sem correio, sem loja e sem taberna, pousado no planalto de um promontório amplo, de encostas abruptas, alto de umas dezenas de metros, cercado por duas ravinas profundas onde correm duas ribeiras afluentes do Antuã, todo envolvido num frondoso carvalhal, belamente disposto para revigorar a sugestão do arcaísmo e significado do expressivo topónimo.

Os meus companheiros conheciam um morador que tinha achado mós romanas. Quando parámos à porta dêsse vizinho de Cristêlo, logo eu dej com a vista num monte de pedras e cacos, onde se me depararam bocados de *tegula* e tejlaria romana.

Percorremos depois o promontório, que é largo e longo. Vi e recolhi mais olaria romana e ouvindo alguns dos naturais foram êstes indicar-nos os pontos por onde corria a muralha cujos fundamentos me disseram reconhecer-se com a picareta, bem como os sítios onde tinham aparecido *quartos e salas, fornos e coisas várias*, agora recobertos pela terra do amanho das propriedades,

pelos matos, pinhais e carvalheiras, e pelas casas da localidade. Os fragmentos cerâmicos não eram abundantes, mas eram característicos. A *tégula* aparecia metida nas paredes e arrumada dos matos. Nas terras agricultadas havia bastos fragmentos de olaria. No ponto avançado do cabeço seria o *castelo*, segundo uma versão de alguns antigos.

A muralha coroaria o cabeço numa extensão de perto de 800 metros, numa largura de 100 a 200 metros, num perímetro de perto de 2 quilómetros. Em grande extensão notou o terrapleno na visita do dia 3 de Fevereiro, encarecendo-lhe a importância, o Sr. Dr. Vergílio Correia. As dimensões do que seria o recinto muralhado e a fortaleza da posição, elevada, de encostas escarpadas, cercadas por profundas ravinas onde serpenteiam os cursos de água, o isolamento daquele promontório, o primitivismo do viver simples do povo que ali ainda se dedica a fiar a lã, estagnar as colmeias, branquear o linho, pascer ovelhas e cultivar o campo; a paisagem estranha, de montes ásperos cobertos de arvoredo onde, — coisa excepcional nestes sítios —, abunda o carvalho, cujo folhido tapeta e doura o chão declivoso, paisagem cortada lá acima pelas serras e a poente por outros cabeços negros de pinheirais, causaram-me verdadeira surpresa, ali a dois passos, afinal, da *estrada velha* Pôrto-Lisboa, da moderna estrada nacional, do caminho de ferro do Vale do Vouga e da linha da C. P., tão próximo da planície da marinha, da ria e de Beira-Mar!

Pregunto agora: estarão ali as cinzas de Talábriga, guardadas da nossa insciência, pelo recôndito da mansão, pela falta de vias de acesso, pelo acaso que afastou as vistas dos pesquisadores de antiquilhas e as locubrações dos eruditos, mantendo-os em silêncio durante tantos séculos, e que, no nosso inquieto e ansiado tempo, nem sequer acordou os curiosos, os escritores da região, os jornais das localidades, os próprios correspondentes

noticiosos dos grandes diários que tantas vezes nos elucidam sôbre assuntos desta natureza?

Não o posso eu afirmar. O que ali está, na zona de Talábriga, é um « oppidum » dos tempos luso-romanos.

Terá o mesmo acaso, que é o pai dos prodígios em tôdas as descobertas, desvendado agora o mistério das relíquias do celebrado ópido lusitano?

Só novas descobertas o poderão dizer.

Será a *Estrada Velha*, a estrada que Viterbo sem plausível razão do seu dito chamou mourisca, nas alturas da Branca, por mim agora comunicada, a testemunha actual do leito da via militar romana naquelas paragens? É muito crível.

Será compatível com a marcação da estação viária de Talábriga do Itinerário de Antonino, a distância de dois quilómetros e meio que medeia entre o « oppidum » de Cristêlo e a *estrada velha* que acabo de assinalar? É uma questão a esclarecer.

Seria de aceitar a hipótese de, pela designação de *Talábriga* como estação do Itinerário, se tomar não o próprio « oppidum » em si mesmo, mas o caminho para o « oppidum » e o território da *civitas* da tribo talabricense que teria em Cristêlo o seu centro, no *Castelo* próximo de Soutelo um outro castro e no Castelo de S. Gião, hoje Alto do Telégrafo de Souto da Branca, um reduto de recolha de gados e gentes em período calamitoso de guerras, invasões e ameaças?

Serão os tópicos *fundo da vila* na Branca, Nebrijo, Lajinhas, mâmoas, outras tantas reminiscências dos primórdios e destroços da *civitas talabricense* que indubitavelmente representava uma organização social e uma concentração política e administrativa no século II antes de Cristo, ao tempo da campanha de Décimo Júnio Bruto? Ou haverá no território apontado pelo compasso das distâncias miliárias de Cale e Emínio como sendo inevitavelmente o aro de Talábriga, ter-



Cristêlo, freguesia da Branca — Albergaria-a-Velha. Vista parcial da encosta com vestígios do sistema defensivo.

Foto de Manuel Abreu.



Lajes de granito na *Estrada-Velha*, perto de *Lajinhas*, freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha. Possivelmente restos da via romana.

Foto de Manuel Abreu.

ritório tão remexido e esquadrihado pelos lavradores nativos, onde parece nada mais existir, outro castro desconhecido, de ascendência ante-romana como Cristêlo, e romanizado como êste « oppidum » ?

Será lícito supor que o diminutivo Cristêlo, se se justapôs mais tarde às ruínas, foi inadequado ao sítio deserto de um sistema castrejo que mereceria pela sua vastidão e preciosa importância mais pomposa designação ?

Será certo que as designações de *citania*, *cidadelhe* e *cividade*, tão freqüentes ao norte do Douro e que, no próprio seio da cidade do Pôrto, o Sr. Dr. Mendes Corrêa descobriu na íntegra importância do seu significado, se não adaptaram a idênticos centros de povoamento e a idênticas funções sociais coevas existentes ao sul do Douro, visto que nem uma só dessas designações se verifica ao sul do mesmo rio, razão por que não podemos esperar do achado dêsses topónimos o esclarecimento do problema ?

Será certo, como eu suponho, que a morte dos nossos *ópidos* teve lugar nas proximidades do século V e representa a assolação de uma horda de bárbaros invasores mal memorada ou não identificada ou não pormenorizada na História, ou de uma luta entre suevos e bárbaros competidores, e que essa calamidade destruiu a instalação material e a cultura, a vida social dos agregados cidadãos, aliás pobres, então existentes, dos luso-romanos, e a própria continuidade demográfica a ponto de se dar uma ermação transitória que obliterou por completo a memória dos nomes designativos dos castros e *ópidos* assolados ?

Não é muito de fazer pensar o estranho fenómeno de se não notar continuidade de povoamento sôbre os *ópidos* desmantelados no fim da época luso-romana, de se não encontrarem no seu espólio documentos de cultura bárbara ou árabe, e de se

esquecerem os seus topónimos, bem como o facto de se não verificar continuidade de cultura material, social e intelectual entre os *ópidos* abandonados e as populações das vilas da baixa latidade ?

Não é impressionante o facto dos cronicões não aludirem aos nomes das cidades luso-romanas destruídas, quando documentos posteriores as mencionam já, na proximidade dos locais dos velhos *ópidos*, localidades que ainda hoje vivem com os nomes que êsses documentos lhes deram há mil anos ?

Êstes problemas creio que precisam de estudo e consideração.

Chego a pensar carecerem de revisão certas soluções históricas, para se poder harmonizar a teoria histórica com os factos revelados pela arqueologia.

A tendência para se tirar o aspecto catastrófico à história da dissolução do império romano no ocidente, por efeito da invasão dos bárbaros e do estabelecimento dêstes no território luso-calaico, pelo menos no distrito que vai do sul do Douro ao sul do Vouga, tem talvez de desobstruir o seu caminho, afastando as inexplicáveis ruínas materiais e culturais dos *ópidos* e castros luso-romanos e a própria desmemória dos seus topónimos.

Não é em verdade muito compreensível o estranho facto de se perderem totalmente na tradição regional os topónimos das cidades abandonadas ou os locais das cidades de que ficaram os nomes em qualquer relato.

A etnografia encontra por tôda a parte vestígios de lendas muito arcaicas, de velhos factos históricos, embora muito deformados, de canções muito primitivas, de longínquos romances. Bem natural é, pois, que da vida e da morte dos velhos *ópidos* algo ficasse no espírito dos nativos e se transmitisse de geração em geração.

Numa recolha de canções populares portuguesas em Rocas de Sever do Vouga, a que assisti, o professor Armando Leça deparou com alguns cantares que remontam a mais de cinco séculos.

As lendas das mouras têm entre nós, já nada menos de um milénio.

Algumas lendas incorporadas no ciclo das narrativas da mourama, retrotraem-se aos tempos castrejos. Na Serra do Arestal, como em muitas outras regiões montanhosas do país, os *mouros* trocavam sinais entre si, segundo tradição indígena, do alto dos píncaros das montanhas e das mamoas que coroam os cimos. Todos os megálitos, penedias curiosas, altos solitários, fragas imponentes ou fontes dos êrmos, são dos mouros e das mouras.

Êstes *mouros* eram os povos lusos certamente assinalando uns aos outros do alto dos seus castros, refúgios e redutos, a aproximação do inimigo, e eram os ante-romanos escutando pelos recessos e seguindo pelas veredas a pista do adversário.

Nas mamoas do Arestal, havia um depósito de *ferraduras* dos cavalos dos mouros; as pedras insculturadas eram *fornos de mouros* e *escritas de mouras*...

A *cobra* que entra em muitas lendas de mouras encantadas, e que por vezes é a forma viva tomada pela própria moura no encantamento a que foi sujeita, é, possivelmente, a serpente totémica dos Sefes de Avieno e quem sabe se a sobrevivência na lenda, da impressão profunda deixada na mente do povo pelo tótem ancestral.

Porém, da história da vida ou da morte das cidades luso-romanas do Baixo-Vouga, como de Lancóbriga, talvez como de Santa Luzia, de Briteiros, de Santa Tecla, de Monte Medúlio, nem a menor reminiscência resta nas lendas ou tradições da região.

Talábriga, o seu drama e o seu epismo, é uma tradição ligada à narrativa de um historiador — Apiano, de Alexandria. — Da sua localização só o *Itinerário* de Antonino nos dá indicações exactas como vimos. O resto que dela se diz, é obra dos eruditos. No povo nem o menor vislumbre de uma recordação. Como é possível no decorrer normal de uma vida evolutiva?...

.....

\*

\*   \*

Anoitecia quando retirávamos de Cristêlo e nos embrenhávamos de novo nos caminhos indecisos dos pinhais, onde a ramaria densa tornava mais pesado o anoitecer e a noite mais fria a minha dúvida...

Castros lusitanos, velhíssimo Cristêlo, cacos romanos, carvalhais vetustos, Cabeço Queimado, Lajinhas, Estrada Velha, lajes de granito, Souto da Branca, Castelo de S. Gião...

Ia andando e conversando, mas pensando, e evocando a pobre e altiva Talábriga, a dos lusos, que ali ou por ali perto estanciera e que um dia viu atónita, mas altiva, chegarem em ameaço as legiões; que resistiu ao invasor; que se revoltou contra o grande dominador do mundo antigo, e que, mais feliz que as congéneres suicidas, sofreu, no entanto, os horrores do assédio, a amargura da capitulação, a angústia da derrota!...

Bem queria eu que a voz da terra respondesse ao meu chamado e que Talábriga renascesse das cinzas e ali se me revelasse como a moura da grade de ouro a quem lhe desvendasse o segredo!...

Mas não serei eu quem se amofine e se desalente se não fôr êste o fio do labirinto onde Talábriga dorme o seu sono milenário!...

O que lamento é ter causado tanto enfado por tão-pouco que aqui trago, e ser tão pobre, afinal, o fruto dos meus passos!

Mas penso que, mesmo para mim que sou o mais humilde dos obreiros dêste empenho de servir a História desencantando velharias e dando voz às coisas mortas, o trabalho é um prazer e o dever é um prémio, isso basta, e o dever é só um:

**PERSISTIR E PROSEGUIR!**